

Atenção ao saneamento

Embara ainda não alcancem volumes considerados suficientes para evitar o agravamento do problema no curto prazo, os investimentos públicos e privados em saneamento básico voltaram a crescer. Contratos assinados pelo governo federal no ano passado totalizam aplicações de R\$ 13,88 bilhões em programas de saneamento até 2010. Esse dinheiro, proveniente do Orçamento da União e de fontes de financiamento federais, será aplicado por companhias públicas (estaduais ou municipais) e privadas, as quais se comprometem a investir, como contrapartida, mais R\$ 2,88 bilhões, o que eleva o total de investimentos já contratados para R\$ 16,76 bilhões.

A esses valores, apurados pelo jornal *Valor*, devem ser acrescentados os investimentos feitos diretamente por grupos privados que, por meio de concessão ou Parcerias Público-Privadas, operam sistemas municipais de saneamento. Como mostrou reportagem publicada no **Estado** de quarta-feira, essas empresas devem investir até R\$ 3 bilhões nas próximas duas décadas.

Os investimentos em saneamento tendem a crescer. Somente em 2008, de 15 a 20 contratos de obras de saneamento deverão ser firmados entre prefeituras e empresas particulares, segundo a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). É pelo menos o dobro do número de contratos assinados no ano passado.

“A roda do saneamento, que estava parada, começou a

girar”, disse o presidente da Abcon, Yves Bessa. É um fato alentador. O saneamento é um dos setores mais carentes de investimentos públicos e privados. Apesar de sua importância para a saúde da população, o esgotamento sanitário ainda é o serviço público menos difundido nos municípios brasileiros. Pesquisa recente feita pela Fundação Getúlio Vargas constatou que apenas 47% da população dispõe desse serviço. Cerca de 100 milhões de brasileiros vivem em precárias condições sanitárias.

Nas últimas décadas, diminuiu o ritmo de expansão do

Apesar do aumento os investimentos no setor ainda são insuficientes

número de domicílios atendidos por rede de coleta de esgoto. Na década de 1970, por exemplo, esse número cresceu 1,5% ao ano; na década seguinte, o ritmo diminuiu para 1% ao ano; entre 1992 e 2006, baixou ainda mais, para 0,8% ao ano. Essa queda é reflexo de um conjunto de problemas, entre os quais a desatenção das autoridades com a questão, dificuldades financeiras das empresas operadoras dos sistemas de saneamento básico, regras excessivamente rigorosas para a concessão de financiamentos para essas empresas e falta de um marco regulatório que dê segurança aos investidores privados.

A aprovação, há pouco mais de um ano, da Lei de Saneamento “trouxe segurança em termos de continuidade e regu-

laridades dos investimentos”, disse ao **Estado** o diretor-executivo do Instituto Trata Brasil, Raul Pinho. O governo Lula, por sua vez, incluiu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) boa parte das ações voltadas para a expansão das redes de água e esgotos. Assim, dos R\$ 13,88 bilhões em recursos orçamentários e financiamentos de responsabilidade federal para os programas de saneamento que serão executados até 2010, nada menos do que R\$ 12,41 bilhões estão no PAC.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), por sua vez, ampliou os limites para as operações de crédito destinadas a programas de saneamento. Isso abriu, imediatamente, a possibilidade de contratação, por Estados e municípios, de R\$ 6 bilhões em financiamento. Na área federal, as fontes de financiamentos são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o BNDES. Isso dá condições para empresas estaduais e municipais arcarem com sua parte nos programas apoiados pelo governo federal.

A polêmica questão da titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas ainda aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas, felizmente para a população mais pobre – a que mais carece de saneamento básico –, isso não impediu a retomada dos investimentos. Eles ainda são insuficientes para resolver o problema no curto prazo – para isso, seria necessário investir o triplo –, mas são uma demonstração de que o governo, finalmente, deu ao problema a prioridade que ele merece.